

Roberto Moreira de Almeida

Curso de **Direito**
Eleitoral

15^a
Edição

revista
atualizada
ampliada

2022

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUESTÕES	33	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	67
CAPÍTULO I		4.1. Questões extras.....	70
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL ...	43	5. GABARITO	71
1.1. Conceito de Direito Eleitoral.....	43	CAPÍTULO II	
1.2. Objeto.....	43	1. NACIONALIDADE	75
1.3. Taxonomia e autonomia	44	1.1. Conceito.....	75
1.4. Fontes	45	1.2. Distinção entre nacionalidade e cidadania	75
1.4.1. Fontes diretas.....	45	1.3. Termos jurídicos relacionados à nacionalidade	75
1.4.2. Fontes indiretas.....	47	1.3.1. Povo.....	75
1.5. Codificações eleitorais	52	1.3.2. População.....	76
1.6. Competência legislativa	53	1.3.3. Nação.....	76
1.7. Princípios do Direito Eleitoral	54	1.3.4. Estado.....	76
1.7.1. Conceito de princípio.....	54	1.4. Espécies de nacionalidade	76
1.7.2. Princípios do Direito Eleitoral em espécie.....	54	1.4.1. Nacionalidade originária	76
1.7.2.1. Princípio da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral	54	1.4.2. Nacionalidade derivada.....	76
1.7.2.2. Princípio da celeridade	57	1.5. Critérios para a obtenção da nacionalidade originária	76
1.7.2.3. Princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais	58	1.5.1. Critério do jus soli (local do nascimento).....	76
1.7.2.4. Princípio da lisura das eleições ou da isonomia de oportunidades	58	1.5.2. Critério do jus sanguinis (fator sanguíneo).....	76
1.7.2.5. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos.....	60	1.6. Critérios adotados pelo Brasil.....	76
2. SINOPSE.....	62	1.7. Nacionalidade derivada	77
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	62	1.7.1. Noção	77
3.1. Informativos	62	1.7.2. Requisitos para a aquisição da nacionalidade derivada no Brasil.....	77
3.2. Jurisprudência selecionada.....	65	1.7.3. Situação jurídica dos portugueses residentes no Brasil	78

1.8. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados	79	1.3.3. Inelegibilidade	108
1.8.1. Tratamento diferenciado para a ocupação de certos cargos (CF, art. 12, § 3º)	79	1.3.3.1. Conceito	108
1.8.2. Tratamento diferenciado para o exercício de funções relevantes	79	1.3.3.2. Casos de inelegibilidade	109
1.8.3. Tratamento diferenciado para a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão de sons e imagens	80	1.3.3.3. Desincompatibilização	143
1.8.4. Tratamento diferenciado para a extradição	80	1.3.3.3.1. Conceito	143
1.9. Perda da nacionalidade.....	81	1.3.3.3.2. Finalidade.....	143
1.9.1. Perda da nacionalidade por exercício de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º, I)	81	1.3.3.3.3.	
1.9.2. Perda por aquisição voluntária de outra nacionalidade	81	Heterodesincompatibilização e autodesincompatibilização.....	143
1.10. Vocabulário	81	1.3.3.3.4. Desincompatibilização definitiva e temporária	144
2. SINOPSE.....	81	1.3.3.3.5. Tabela resumo de desincompatibilização	144
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	83	1.3.4. Reelegibilidade.....	144
3.1. Informativos	83	1.3.4.1. Conceito	144
3.2. Jurisprudência selecionada.....	84	1.3.4.2. Hipóteses constitucionais.....	145
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	86	1.3.5. Privação dos direitos políticos	146
4.1. Questões extras.....	88	1.3.5.1. Introdução.....	146
5. GABARITO	90	1.3.5.2. Hipóteses legais	146
CAPÍTULO III		1.3.6. Direitos políticos dos militares	151
1. DIREITOS POLÍTICOS.....	93	1.3.7. Direitos políticos dos magistrados	152
1.1. Conceito.....	93	1.3.8. Direitos políticos dos membros de Tribunais de Contas.....	152
1.2. Democracia.....	94	1.3.9. Direitos políticos dos membros do Ministério Público	153
1.3. Modalidades.....	98	1.4. Político Ficha Limpa.....	154
1.3.1. Direitos políticos ativos (capacidade eleitoral ativa).....	98	1.4.1. Origem.....	154
1.3.1.1. Conceito	98	1.4.2. Legislação	154
1.3.1.2. Sufrágio	98	1.4.3. Aplicabilidade imediata	154
1.3.2. Direitos políticos passivos (capacidade eleitoral passiva)	103	1.4.4. Efeito suspensivo	160
1.3.2.1. Conceito	103	1.4.5. Aditamento recursal	160
1.3.2.2. Condições de elegibilidade ...	103	1.4.6. Elegibilidade mantida	160
		1.4.7. Quadro resumido.....	162
		2. SINOPSE.....	165
		3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	167
		3.1. Súmulas STF.....	167
		3.2. Súmulas TSE	167
		3.3. Informativos	170
		3.4. Jurisprudência selecionada.....	185

4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ... 189	3.2. Informativos247
4.1. Questões extras.....200	3.3. Jurisprudência selecionada.....262
5. GABARITO 202	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ... 262
CAPÍTULO IV	4.1. Questões extras.....269
1. PARTIDOS POLÍTICOS 213	5. GABARITO 271
1.1. Conceito.....213	CAPÍTULO V
1.2. Natureza jurídica216	1. JUSTIÇA ELEITORAL 279
1.3. Finalidade218	1.1. Origem279
1.4. Sistemas partidários.....218	1.2. Garantias e vedações da
1.5. Regramento constitucional.....219	magistratura em geral e da
1.6. Autonomia partidária222	magistratura eleitoral.....279
1.7. Recursos do Fundo Partidário e	1.2.1. Garantias279
propaganda gratuita no rádio e na TV.....223	1.2.1.1. Vitaliciedade279
1.7.1. Fundo Partidário224	1.2.1.2. Inamovibilidade280
1.7.2. Acesso gratuito ao rádio e à	1.2.1.3. Irredutibilidade de subsídio280
televisão229	1.2.2. Vedações280
1.8. Atuais partidos políticos brasileiros230	1.2.2.1. Exercer, ainda que em
1.9. Infidelidade partidária por fixação	disponibilidade, outro cargo ou
jurisprudencial.....235	função, salvo uma de magistério281
1.9.1. Noções gerais235	1.2.2.2. Receber, a qualquer
1.9.2. Constitucionalidade da	título ou pretexto, custas ou
Resolução TSE nº 22.610/07.....238	participação em processo, bem
1.9.3. Legitimidade ativa e prazo	como auxílios ou contribuições
para a propositura da ação239	de pessoas físicas, entidades
1.9.4. Tutela antecipada.....239	públicas ou privadas, ressalvadas
1.9.5. Hipóteses de justa causa240	as exceções previstas em lei281
1.9.6. Competência241	1.2.2.3. Dedicar-se à atividade
1.9.7. Atuação do Ministério Público	político-partidária e exercer a
Eleitoral241	advocacia no juízo ou tribunal
1.9.8. Procedimento241	do qual se afastou, antes
1.9.9. Duração razoável do processo243	de decorridos três anos do
1.9.10. Vigência243	afastamento do cargo por
1.10. Infidelidade partidária por fixação	aposentadoria ou exoneração281
legal (Lei n.º 13.165/15) e nova	1.3. Organização da Justiça Eleitoral.....283
previsão trazida pela EC n.º 111/21.243	1.3.1. Introdução283
2. SINOPSE 246	1.3.2. Tribunal Superior Eleitoral283
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA 247	1.3.2.1. Posição topográfica.....283
3.1. Súmulas do TSE247	1.3.2.2. Composição283
	1.3.2.3. Competência.....285

1.3.3. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).....	289	1.4.2. Ministério Público dos Estados.....	321
1.3.3.1. Conceito.....	289	1.4.2.1. Chefia institucional.....	321
1.3.3.2. Organização.....	289	1.4.2.2. Órgãos integrantes.....	321
1.3.3.3. Competência.....	291	1.5. Garantias.....	322
1.3.4. Juízes eleitorais.....	293	1.5.1. Vitaliciedade.....	322
1.3.4.1. Posição topográfica.....	293	1.5.2. Inamovibilidade.....	322
1.3.4.2. Competência.....	293	1.5.3. Irredutibilidade de subsídios.....	322
1.3.5. Juntas Eleitorais.....	294	1.6. Vedações.....	322
1.3.5.1. Posição topográfica.....	294	1.6.1. O recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais.....	323
1.3.5.2. Competência.....	295	1.6.2. O exercício da advocacia.....	323
2. SINOPSE.....	296	1.6.3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei.....	323
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	297	1.6.4. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.....	324
3.1. Súmulas STF.....	297	1.6.5. Exercer atividade político-partidária.....	324
3.2. Súmulas TSE.....	297	1.6.6. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.....	324
3.3. Informativos.....	298	1.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).....	324
3.4. Jurisprudência selecionada.....	301	1.7.1. Origem.....	324
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	302	1.7.2. Composição.....	325
4.1. Questões extras.....	308	1.7.3. Atribuições.....	325
5. GABARITO.....	310	1.7.4. Reclamações e representações.....	325
CAPÍTULO VI		2. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	326
1. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	317	2.1. Conceito e princípios institucionais.....	326
1.1. Conceito.....	317	2.2. Organização.....	327
1.2. Princípios institucionais.....	317	2.2.1. Ministério Público Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral.....	327
1.2.1. Unidade.....	317	2.2.1.1. Atuação.....	327
1.2.2. Indivisibilidade.....	317	2.2.1.2. Atribuições.....	327
1.2.3. Independência funcional.....	318	2.2.2. Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral.....	329
1.3. Autonomia.....	319	2.2.2.1. Atuação.....	329
1.3.1. Autonomia funcional e administrativa.....	319		
1.3.2. Autonomia financeira.....	319		
1.4. Organização.....	319		
1.4.1. Ministério Público da União (MPU).....	319		
1.4.1.1. Chefia institucional.....	319		
1.4.1.2. Ramos integrantes.....	320		

2.2.2.2. Atribuições	329	1.8. Conseqüências do não alistamento	366
2.2.3. Ministério Público perante os Juizes e Juntas Eleitorais	330	1.9. Transferência, revisão, segunda via, cancelamento e exclusão.....	366
2.2.3.1. Atuação	330	1.9.1. Transferência	366
2.2.3.2. Atribuições	331	1.9.2. Revisão	368
2.3. Funções do Ministério Público Eleitoral segundo a doutrina.....	334	1.9.3. Segunda via	369
2.3.1. Em ano sem eleição	334	1.9.4. Cancelamento e exclusão	370
2.3.2. Em ano eleitoral	335	1.10. Fiscalização do alistamento	376
2.4. Designação de promotores eleitorais ...	337	1.11. Título eleitoral	376
3. SINOPSE.....	339	2. SINOPSE.....	377
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	340	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	379
4.1. Informativos	340	3.1. Informativos	379
4.2. Jurisprudência selecionada.....	346	3.2. Jurisprudência Selecionada	381
5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	347	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	383
5.1. Questões extras.....	349	4.1. Questões extras.....	386
6. GABARITO	353	5. GABARITO	388
CAPÍTULO VII		CAPÍTULO VIII	
1. ALISTAMENTO ELEITORAL	359	1. CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS.....	393
1.1. Conceito e previsão legal	359	1.1. Noção.....	393
1.2. Obrigatoriedade	359	1.2. Espécies	393
1.3. Facultatividade	360	1.2.1. Convenção municipal	393
1.4. Vedação	360	1.2.2. Convenção regional	393
1.5. Direito de voto.....	361	1.2.3. Convenção nacional	394
1.5.1. Obrigatoriedade	361	1.3. Prazo	394
1.5.2. Facultatividade	361	1.4. Local das convenções.....	394
1.5.3. Vedação	361	1.5. Escolha de candidatos.....	394
1.6. Domicílio eleitoral	361	1.6. Propaganda intrapartidária	395
1.7. Procedimento para o alistamento	362	1.7. Coligações.....	395
1.7.1. Introdução.....	362	1.7.1. Conceito	395
1.7.1.1. Qualificação	363	1.7.2. Natureza jurídica	395
1.7.1.2. Inscrição	363	1.7.3. Denominação.....	396
1.7.1.3. Deferimento.....	364	1.7.4. Verticalização	396
1.7.2. Impugnações e recursos ao alistamento.....	365	1.7.5. Regramento legal	397
1.7.3. Encerramento do alistamento.....	366	1.7.6. Quem representa a coligação.....	397

1.8. Federações partidárias.....	398	5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	432
1.8.1. Conceito	398	5.1. Questões extras.....	438
1.8.2. Previsão legal	398	6. GABARITO	439
1.8.3. Regras legais para se instituir uma federação partidária (Lei n.º 9.096/95, art. 11-A).....	398	CAPÍTULO IX	
1.8.4. Fases para criação de uma federação de partidos políticos	399	1. PROPAGANDA POLÍTICA	445
1.8.5. Atuação da federação nas eleições	399	1.1. Conceito de propaganda.....	445
1.8.6. Semelhanças e distinções entre coligações partidárias e federação de partidos políticos	399	1.2. Distinção entre propaganda eleitoral, propaganda intrapartidária e propaganda partidária	446
2. REGISTRO DE CANDIDATURAS	400	1.3. Princípios	447
2.1. Introdução	400	1.3.1. Princípio da legalidade.....	447
2.2. Competência	401	1.3.2. Princípio da liberdade.....	447
2.3. Requisitos legais	401	1.3.3. Princípio da responsabilidade	448
2.4. Prazo	403	1.3.4. Princípio da igualdade	449
2.5. Quantidade de candidatos	403	1.3.5. Princípio da disponibilidade	449
2.5.1. Nas eleições majoritárias.....	403	1.3.6. Princípio do controle judicial da propaganda	449
2.5.2. Nas eleições proporcionais.....	404	1.4. Propaganda partidária	450
2.6. Percentual mínimo de vagas para o sexo masculino e feminino nas eleições proporcionais.....	404	1.4.1. Previsão legal	450
2.7. Identificação numérica dos candidatos	406	1.4.2. Regramento legal (Lei n.º 9.096/95, art. 50-A)	450
2.7.1. Nas eleições majoritárias.....	406	1.4.2.1. Horário de veiculação.....	450
2.7.2. Nas eleições proporcionais.....	406	1.4.2.2. Âmbito nacional ou estadual	450
2.8. Variação nominal dos candidatos.....	407	1.4.2.3. Competência.....	451
2.9. Substituição de candidatos.....	408	1.4.2.4. Inserções	451
2.10. Cancelamento de registro.....	410	1.4.2.5. Tempo de veiculação por partido político.....	451
2.11. Candidatura nata e candidatura avulsa	410	1.4.3. Finalidades	452
2.12. “Check list” da Justiça Eleitoral para o registro de candidaturas.....	412	1.4.4. Vedações	452
3. SINOPSE.....	416	1.4.5. Desobediência, punição e procedimento	452
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	418	1.4.6. Propaganda intrapartidária	453
4.1. Súmulas do TSE	418	1.5. Propaganda eleitoral.....	453
4.2. Informativos	421	1.5.1. Introdução.....	453
4.3. Jurisprudência selecionada.....	428	1.5.2. Previsão legal	453
		1.5.3. Prazo e propaganda antecipada ou extemporânea	454

1.5.4. Identificação e idioma (CE, art. 242; e Lei das Eleições, art. 36, § 4º).....	455
1.5.5. Meios fiscalizatórios.....	455
1.5.6. Meios de veiculação de propaganda	456
1.5.6.1. Introdução.....	456
1.5.6.2. Outdoors	456
1.5.6.3. Imprensa escrita	457
1.5.6.4. Rádio e televisão.....	457
1.5.6.5. Debates	462
1.5.6.6. Pesquisas e testes pré-eleitorais.....	464
1.5.6.7. Internet	467
1.5.6.8. Outros meios de propaganda	469
1.6. Representação por propaganda eleitoral ilícita e direito de resposta	482
1.6.1. Representação por propaganda eleitoral ilícita	482
1.6.2. Direito de resposta.....	484
1.6.2.1. Introdução.....	484
1.6.2.2. Competência.....	484
1.6.2.3. Legitimação ativa e passiva	485
1.6.2.4. Prazo para o exercício	485
1.6.2.5. Procedimento	486
2. SINOPSE.....	490
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	491
3.1. Súmulas do TSE	491
3.2. Informativos	491
3.3. Jurisprudência selecionada.....	501
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	505
4.1. Questões extras.....	512
5. GABARITO	513
 CAPÍTULO X	
1. SISTEMAS ELEITORAIS.....	521
1.1. Noções prévias e conceito	521
1.2. Sistema majoritário.....	521
1.2.1. Conceito	521
1.3. Sistema proporcional	523
1.3.1. Conceito	523
1.3.2. Quociente Eleitoral (QE)	524
1.3.3. Quociente Partidário (QP)	525
1.3.4. Distribuição das sobras.....	526
2. COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO BRASILEIRO	528
2.1. Congresso Nacional (Parlamento da União)	528
2.1.1. Câmara dos Deputados	528
2.1.2. Senado Federal	530
2.2. Assembleias Legislativas (Parlamento dos Estados-membros).....	531
2.3. Câmara Legislativa (Parlamento do Distrito Federal).....	532
2.4. Câmara Municipal (Parlamento dos Municípios).....	532
3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO	534
3.1. Introdução	534
3.2. Circunscrições eleitorais.....	534
3.2.1. O país (território nacional)	534
3.2.2. O território do Distrito Federal.....	534
3.2.3. O território dos Estados-membros	535
3.2.4. O território do Município	535
3.3. Zonas eleitorais (ZE)	535
3.4. Seções eleitorais.....	535
4. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO ...	539
4.1. Introdução	539
4.2. Mesas Receptoras	539
5. SINOPSE.....	541
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	543
6.1. Súmulas do TSE	543
6.2. Informativos	543

6.3. Jurisprudência selecionada.....	546
7. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	552
7.1. Questões extras.....	556
8. GABARITO	558
CAPÍTULO XI	
1. VOTAÇÃO	563
1.1. Lugares de votação (CE, art. 135)	563
1.2. Sistema eletrônico de votação-	564
1.3. Sigilo e inviolabilidade do voto (CE, art. 103)	566
1.4. Folha eletrônica de votação (Lei nº 9.504/97, art. 62)	566
1.5. Procedimento da votação.....	566
1.5.1. Providências preliminares (CE, art. 142)	566
1.5.2. Início dos trabalhos (CE, art. 143)	566
1.5.3. Prioridade na votação.....	568
1.5.4. Horário de recebimento dos votos (CE, art. 144).....	569
1.5.5. Assinatura dos eleitores (Lei nº 7.332/85, art. 18)	570
2. APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS.....	573
2.1. Introdução	573
2.2. Competência (CE, art. 158)	577
2.3. A utilização das urnas eletrônicas	583
2.4. A proclamação dos resultados (proclamação dos eleitos).....	584
3. DIPLOMAÇÃO.....	585
3.1. Conceito.....	585
3.2. Natureza jurídica	585
3.3. Prazo	586
3.4. Competência para diplomar	587
3.4.1. Tribunal Superior Eleitoral	587
3.4.2. Tribunal Regional Eleitoral	587
3.4.3. Junta Eleitoral	587
3.5. Fiscalização da diplomação.....	587
3.6. Prerrogativas e vedações a partir da diplomação.....	588
3.6.1. Prerrogativas (CF, art. 53)	588
3.6.1.1. Foro privilegiado por prerrogativa de função	588
3.6.1.2. Prisão.....	588
3.6.1.3. Sustação de processo penal	588
3.6.1.4. Facultatividade de prestar testemunho	589
3.6.1.5. Incorporação às Forças Armadas	589
3.6.2. Vedações (CF, art. 154, i, “a” e “b”)	589
3.6.2.1. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público	589
3.6.2.2. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público remunerado	589
3.7. Perda do diploma	589
4. SINOPSE.....	590
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	591
5.1. Informativos	591
5.2. Jurisprudência Selecionada	595
6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	600
6.1. Questões extras.....	605
7. GABARITO	606
CAPÍTULO XII	
1. ABUSO DE PODER	611
1.1. Introdução	611
1.2. Espécies de abuso de poder	612
1.2.1. Abuso de poder econômico	612
1.2.1.1. Conceito	612
1.2.1.2. Limitação da influência do poder econômico.....	613

1.2.1.3. Sanções	613	3.3.2. Utilização de materiais e serviços custeados por governos ou casas legislativas (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. II).....	626
1.2.2. Abuso de poder político	614	3.3.3. Utilização de servidores públicos em campanha durante o horário de expediente (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III).....	627
1.2.2.1. Conceito	614	3.3.4. Utilização promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. IV)	627
1.2.2.2. Limitação da influência do poder político	614	3.3.5. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).....	628
1.2.2.3. Sanções	615	3.3.6. Revisão geral de remuneração de servidores públicos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VIII)	629
1.2.3. Abuso de poder no uso dos meios de comunicação social	615	3.3.7. Realização de movimentação de pessoal (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. V)	630
1.2.3.1. Conceito	615	3.3.8. Realização de transferência voluntária de recursos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “a”)	631
1.2.3.2. Limitação do poder dos meios de comunicação social	616	3.3.9. Publicidade institucional (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “b”, art. 73, inc. VII e art. 74)	632
1.2.3.3. Sanções	618	3.3.10. Pronunciamento em cadeia de rádio e TV (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “c”)	634
2. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	620	3.3.11. Contratação de shows artísticos (Lei n.º 9.504/97, art. 75).....	634
2.1. Conceito.....	620	3.3.12. Inaugurações de obras públicas (Lei n.º 9.504/97, art. 77)	635
2.2. Origem.....	620	3.4. Sanções legais.....	636
2.3. Previsão legal.....	620	3.5. Procedimento legal	638
2.4. Elementos configuradores da captação ilícita de sufrágio.....	621	4. SINOPSE.....	639
2.4.1. A prática de uma conduta punível	621	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	640
2.4.2. A legitimidade da conduta	621	5.1. Súmulas do TSE	640
2.4.3. A finalidade	622	5.2. Informativos	640
2.4.4. O lapso temporal	622	5.3. Jurisprudência Seleccionada	649
2.5. Sanções.....	623	6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	651
2.5.1. Multa	623		
2.5.2. Cassação do registro ou do diploma.....	623		
2.5.3. Inelegibilidade.....	623		
2.6. Procedimento legal	624		
3. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA	624		
3.1. Introito.....	624		
3.2. Previsão legal.....	625		
3.3. Rol de condutas vedadas	625		
3.3.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos, federações ou coligações (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. I)	625		

6.1. Questões extras.....	655
7. GABARITO	657
CAPÍTULO XIII	
1. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL.....	663
1.1. Introdução	663
1.2. Polícias judiciárias.....	663
1.2.1. Polícia judiciária da União.....	663
1.2.2. Polícia judiciária estadual	663
1.3. Polícia judiciária incumbida de apurar a prática de crimes eleitorais	664
1.4. Apuração dos crimes eleitorais.....	664
1.4.1. Polícia Judiciária Eleitoral.....	664
1.4.2. Notícia-crime eleitoral	664
1.4.3. Inquérito policial (IPL) e termo circunstanciado de ocorrência (TCO) eleitoral.....	666
1.4.4. Prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem fiança	667
2. CRIMES ELEITORAIS.....	668
2.1. Conceito.....	668
2.2. Natureza jurídica	668
2.3. Classificação das infrações penais eleitorais	668
2.3.2. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 (fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição).....	678
2.3.3. Crimes eleitorais na Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades)	680
2.3.4. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições)	680
3. PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	683
3.1. Conceito.....	683
3.2. Condições da ação penal eleitoral.....	684
3.2.1. Legitimidade “ad causam” (legitimação para agir)	684
3.2.2. Interesse de agir.....	684
3.2.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	685
3.3. Classificação das ações penais em geral	685
3.4. Classificação das ações penais eleitorais	685
3.5. Ação penal pública eleitoral.....	685
3.5.1. Conceito	685
3.5.2. Princípios	685
3.5.2.1. Obrigatoriedade (legalidade).....	685
3.5.2.2. Indisponibilidade (indesistibilidade).....	688
3.5.2.3. Indivisibilidade	688
3.5.2.4. Oficialidade	688
3.5.3. A denúncia	688
3.5.3.1. Conceito	688
3.5.3.2. Requisitos.....	689
3.5.3.3. Prazos	689
3.6. Procedimento processual penal eleitoral.....	689
3.6.1. Introito.....	689
3.6.2. Competência	690
3.6.2.1. Regra geral	690
3.6.2.2. Competência funcional por prerrogativa de função.....	690
3.6.2.3. Competência pela prática de crime eleitoral por menores de 18 anos de idade.....	693
3.6.2.4. Competência pela prática de crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida	694
3.7. Rito processual por crime eleitoral.....	694
3.7.1. Procedimento criminal eleitoral da primeira instância	694
3.7.1.1. Procedimento criminal previsto no Código Eleitoral.....	694
3.7.1.2. Procedimento criminal previsto após o advento da Lei nº 11.790, de 20 de junho de 2008	696
3.7.1.2.1. Procedimento comum ordinário.....	697

3.7.1.2.2. Procedimento comum sumário.....	700	2.1. Conceito.....	749
3.7.1.2.3. Procedimento comum sumaríssimo	701	2.2. Previsão legal e origem	749
3.7.2. Procedimento criminal eleitoral da segunda instância (Tribunal Regional Eleitoral).....	702	2.3. Objeto	749
4. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL (RCE)	704	2.4. Legitimados ativos	749
4.1. Previsão legal.....	704	2.5. Pressupostos	750
4.2. Natureza jurídica	704	2.6. Coisa julgada.....	750
4.3. Cabimento	704	2.7. Mandado de segurança coletivo em matéria eleitoral.....	750
4.4. Efeitos	704	3. HABEAS DATA	752
4.5. Prazo	704	3.1. Conceito.....	752
4.6. Forma de interposição e resultado.....	704	3.2. Origem e previsão	752
5. SINOPSE.....	705	3.3. Natureza jurídica	752
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	707	3.4. Finalidade	753
6.1. Súmulas do TSE	707	3.5. Cabimento e competência.....	753
6.2. Informativos	707	3.6. Legitimidades ativa e passiva	754
6.3. Jurisprudência selecionada.....	721	3.6.1. Legitimidade ativa.....	754
7. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	725	3.6.2. Legitimidade passiva.....	754
7.1. Questões extras.....	732	3.7. Habeas Data em matéria eleitoral.....	754
8. GABARITO	735	4. MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO.....	755
CAPÍTULO XIV		4.1. Conceito.....	755
1. MANDADO DE SEGURANÇA	743	4.2. Objeto e previsão legal	755
1.1. Conceito.....	743	4.3. Requisitos e competência.....	755
1.2. Espécies	743	4.3.1. Requisitos	755
1.3. Natureza jurídica	743	4.3.2. Competência	756
1.4. Previsão	743	4.4. Legitimidades ativa e passiva	756
1.5. Origem	744	4.4.1. Legitimidade ativa.....	756
1.6. Objeto	744	4.4.2. Legitimidade passiva.....	758
1.7. Requisitos específicos	744	4.5. Efeitos	758
1.8. Partes legitimadas.....	745	4.6. Mandado de injunção em matéria eleitoral.....	759
1.9. Procedimento.....	746	5. HABEAS CORPUS.....	762
1.10. O mandado de segurança em matéria eleitoral	748	5.1. Conceito.....	762
2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO ..	749	5.2. Espécies	762
		5.3. Legitimidades ativa e passiva	762

5.3.1. Legitimidade ativa.....	762	8.7. Prazo de interposição.....	781
5.3.2. Legitimidade passiva.....	762	8.8. Competência	781
5.4. Cabimento	762	8.9. Legitimidades ativa e passiva	782
5.5. Prazo	763	8.9.1. Legitimidade ativa.....	782
5.6. O habeas corpus no Direito Eleitoral.....	763	8.9.2. Legitimidade passiva.....	782
6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	764	8.10. Rito processual	783
6.1. Previsão legal.....	764	8.11. Peculiaridades	784
6.2. Finalidade	764	9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL (ARE).....	784
6.3. Legitimidade	765	9.1. Conceito.....	784
6.3.1. Ativa.....	765	9.2. Previsão legal.....	785
6.3.2. Passiva	766	9.3. Natureza jurídica	785
6.4. Prazos (LC n.º 64/90, art. 3.º)	767	9.4. Legitimidade ativa.....	785
6.5. Competência	768	9.5. Cabimento	785
6.6. Procedimento.....	768	9.6. Competência	785
7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE).....	774	9.7. Prazo de interposição.....	786
7.1. Conceito.....	774	9.8. Competência	786
7.2. Previsão legal.....	774	9.9. Peculiaridades	786
7.3. Prazo	775	10. RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO (RCD)	787
7.4. Legitimidades ativa e passiva	775	10.1. Noção prévia	787
7.4.1. Legitimidade ativa.....	775	10.2. Natureza jurídica	787
7.4.2. Legitimidade passiva.....	776	10.3. Previsão legal.....	787
7.5. Competência	776	10.4. Competência para julgar o recurso	787
7.6. Causa de pedir.....	776	10.5. Prazo de interposição.....	788
7.7. Rito processual	777	10.6. Cabimento	788
7.8. Peculiaridades	779	10.7. Legitimidades ativa e passiva	789
8. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)	780	10.7.1. Legitimidade ativa.....	789
8.1. Conceito.....	780	10.7.2. Legitimidade passiva.....	789
8.2. Previsão legal.....	780	10.8. Procedimento.....	790
8.3. Natureza jurídica	780	10.9. Peculiaridades	791
8.4. Origem.....	780	11. REPRESENTAÇÃO OU RECLAMAÇÃO POR INFRINGÊNCIA À LEI DAS ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97).....	791
8.5. Fundamento	780	11.1. Previsão legal.....	791
8.6. Finalidade	781	11.2. Competência	792

11.3. Legitimidade.....	792	1.5.4.2. Recurso de fundamentação vinculada ou limitada.....	837
11.4. Procedimento.....	792	1.5.5. Quanto à fonte.....	837
11.5. Peculiaridades.....	793	1.5.5.1. Recursos constitucionais.....	837
12. SINOPSE.....	794	1.5.5.2. Recursos legais.....	837
13. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA..	798	1.5.5.3. Recursos regimentais.....	837
13.1. Súmulas do STF.....	798	1.6. Efeitos.....	837
13.2. Súmulas do TSE.....	800	1.6.1. Efeito devolutivo.....	838
13.3. Informativos.....	801	1.6.2. Efeito suspensivo.....	838
13.4. Jurisprudência Seleccionada.....	810	1.6.3. Efeito extensivo.....	838
14. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS....	818	1.6.4. Efeito regressivo.....	838
14.1. Questões extras.....	823	1.6.5. Efeito translativo.....	839
15. GABARITO.....	825	1.6.6. Efeito substitutivo.....	839
CAPÍTULO XV		1.7. Princípios.....	839
1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	831	1.7.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	839
1.1. Conceito de recursos.....	831	1.7.2. Princípio da taxatividade.....	839
1.2. Finalidade.....	834	1.7.3. Princípio da singularidade (unirrecorribilidade).....	840
1.3. Fundamento.....	834	1.7.4. Princípio da fungibilidade.....	840
1.4. Características.....	835	1.7.5. Princípio da vedação da “reformatio in pejus”.....	840
1.5. Classificação.....	835	1.7.6. Princípio da voluntariedade.....	841
1.5.1. Quanto ao objeto tutelado.....	835	1.7.7. Princípio da lesividade.....	842
1.5.1.1. Recursos ordinários ou normais.....	835	1.7.8. Princípio da personalidade.....	842
1.5.1.2. Recursos extraordinários ou especiais.....	836	1.8. Juízo de admissibilidade (juízo de prelibação).....	842
1.5.2. Quanto ao fim pretendido.....	836	1.9. Pressupostos gerais recursais.....	842
1.5.2.1. Reforma.....	836	1.9.1. Pressupostos subjetivos.....	842
1.5.2.2. Invalidação.....	836	1.9.2. Pressupostos objetivos.....	843
1.5.2.3. Esclarecimento ou integração.....	836	1.10. Renúncia e desistência do recurso.....	845
1.5.3. Quanto à extensão da matéria.....	836	1.10.1. Desistência.....	845
1.5.3.1. Recurso parcial.....	836	1.10.2. Renúncia.....	847
1.5.3.2. Recurso total.....	836	2. ESPÉCIES RECURSAIS ELEITORAIS.....	847
1.5.4. Quanto à fundamentação.....	837	2.1. Recursos contra decisões dos Juízes Eleitorais.....	847
1.5.4.1. Recurso de fundamentação livre ou ilimitada.....	837	2.1.1. Apelação criminal eleitoral ou recurso eleitoral criminal (REC).....	848

2.1.2. Recurso em sentido estrito (RESE) 849	2.3. Origem dos recursos891
2.1.3. Recurso inominado eleitoral850	2.3.1. Fontes de arrecadação permitidas ... 891
2.2. Recursos contra decisões das Juntas Eleitorais851	2.3.2. Fontes de arrecadação vedadas....894
2.2.1. Introdução851	2.4. Procedimento para o início da arrecadação e gastos de recursos.....895
2.2.2. Recurso parcial851	2.4.1. Pedido de registro de candidatura...895
2.3. Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais.....853	2.4.2. CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica 896
2.3.1. Recurso parcial853	2.4.3. Conta bancária eleitoral.....896
2.3.2. Recurso inominado eleitoral854	2.4.4. Obtenção dos recibos eleitorais897
2.3.3. Embargos de declaração.....854	2.5. Gastos eleitorais898
2.3.4. Recurso Especial Eleitoral855	2.5.1. Introito.....898
2.3.5. Recurso Ordinário Eleitoral (ROE) .857	2.5.2. Data para início e término da arrecadação de recursos e realização de despesas898
2.3.6. Agravo de instrumento858	2.5.3. Elenco legal.....899
2.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral860	2.5.4. Limitação de gastos de campanha...901
2.4.1. Recurso inominado860	2.5.5. Sanções pela extrapolção do limite de gastos901
2.4.2. Embargos de declaração.....860	2.6. Prestação de Contas de Campanhas901
2.4.3. Recurso extraordinário861	2.6.1. Quem deve prestar contas?901
2.4.4. Recurso ordinário constitucional (ROC)863	2.6.2. Qual o prazo para a prestação de contas final de campanha?.....902
2.4.5. Agravo de instrumento864	2.6.3. Há previsão de prestação de contas parcial de campanha?902
3. SINOPSE..... 864	2.6.4. Acaso os candidatos ou partidos políticos não prestem contas no prazo legal, qual deverá ser o comportamento da Justiça Eleitoral?.....903
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA 866	2.6.5. Quais peças e documentos devem ser apresentados no momento da prestação de contas?903
4.1. Súmulas do STF866	2.6.6. Como deve ser realizada a prestação de contas e encaminhada à Justiça Eleitoral?905
4.2. Súmulas do TSE866	2.6.7. Análise e Julgamento das Prestações de Contas905
4.3. Informativos867	2.6.7.1. Procedimento905
4.4. Jurisprudência selecionada.....875	2.6.7.2. Julgamento.....906
5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ... 879	2.6.7.3. Recursos907
5.1. Questões extras.....884	2.6.7.4. Fiscalização907
6. GABARITO 885	
CAPÍTULO XVI	
1. INTRODUÇÃO..... 889	
2. FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS 889	
2.1. Introito.....889	
2.2. Legislação aplicável890	

2.6.8. Resultado financeiro	907	3.6. Obrigações partidárias	921
2.6.9. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED) e Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	908	3.7. Procedimento do exame das contas partidárias pela Justiça Eleitoral (fases postulatória e instrutória, quando houver ou não movimentação financeira de recursos).....	921
2.6.9.1. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED).....	908	3.8. Julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação (FASE DECISÓRIA)	927
2.6.9.1.1. Previsão Legal	908	3.9. Recursos e regularização.....	929
2.6.9.1.2. Legitimidade	909	4. SINOPSE.....	930
2.6.9.1.3. Competência.....	909	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	934
2.6.9.1.4. Prazo.....	910	5.1. Súmulas do TSE	934
2.6.9.1.5. Rito processual.....	911	5.2. Informativos	934
2.6.9.2. Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	912	5.3. Jurisprudência Selecionada	947
2.6.9.2.1. Previsão Legal	912	6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	952
2.6.9.2.2. Legitimidade	913	7. GABARITO	954
2.6.9.2.2.1. Legitimidade ativa	913	ANEXO I	959
2.6.9.2.2.2. Legitimidade passiva	914	ANEXO II	
2.6.9.2.3. Competência.....	914	PROGRAMA OFICIAL E 17 PROVAS DO	
2.6.9.2.4. Prazo.....	915	CONCURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.6.9.2.5. Procedimento	915	FEDERAL (CARGO: PROCURADOR DA	
2.6.9.2.6. Efeitos da decisão	916	REPÚBLICA).....	965
2.6.9.2.7. Recursos	917	ANEXO III	
3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS		QUADRO RESUMIDO DE	
PARTIDOS POLÍTICOS	917	DESINCOMPATIBILIZAÇÃO.....	1025
3.1. Legislação aplicável	917	ANEXO IV	
3.2. Prazo	917	ALISTAMENTO ELEITORAL	
3.3. Competência	918	(RESOLUÇÃO Nº 21.538/03-TSE)	1031
3.4. Receitas partidárias permitidas e vedadas.....	918	ANEXO V	
3.5. Despesas partidárias.....	920	CALENDÁRIO ELEITORAL	
		(ELEIÇÕES 2022)	1053
		REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1077